

Desconstruindo a Notícia para construir o Real

Luciane Fassarella Agnez¹

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato.** Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 288 páginas.

O que é um fato ou um acontecimento? E o que os transformam em notícias? Para responder a essas perguntas, Muniz Sodré, em “A narração do fato”, recupera na história a passagem do jornalismo de opinião e literário para o comercial, que se desenvolveu ao longo do século XIX, momento em que as notícias se tornaram mercadorias. Pertencentes a um universo industrial, com valor de troca e profissionalização, elas passaram a ser determinadas pelas rotinas de produção e com características para que se elevasse o interesse das pessoas pelo seu consumo. Como relata o autor, a mídia assumiu então o processo central de visibilização e produção de fatos sociais na esfera pública.

Hoje, mais do que entender a notícia como uma representação do real, ou transmissão dos fatos, como na perspectiva funcionalista, é preciso observar na noticiabilidade a própria construção do real. Sodré coloca que a dimensão construtivista deixa ver que se trata de uma “interpretação singularizante” do fato, em função da cultura jornalística, isto é, do conjunto de regras, hábitos e convenções que estruturam o campo profissional da imprensa (p. 25). No seu dia-a-dia, o jornalista interfere nessa construção do real de diferentes formas, como selecionando fontes e acontecimentos; descontextualizando esses acontecimentos para uma recontextualização sob a forma de notícia; atendendo a limitações de tempo e espaço da própria rotina jornalística para abordar a realidade; além da sua elaboração textual e sequência de enunciados narrativos elencados. A noticiabilidade está diretamente relacionada com os processos de rotinização, introduzindo práticas produtivas para lidar com a variabilidade e imprevisibilidade dos acontecimentos.

Nesse cenário, a credibilidade é defendida pelo autor como o principal capital simbólico do jornalista, que parte de uma espécie de pacto estabelecido entre o profissional de imprensa e o leitor. “A credibilidade decorre muito provavelmente do

¹ Jornalista, formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Universidade de São Paulo (USP), mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global: o lugar da testemunha” (p. 48). É aquilo que o credencia a estar em determinados lugares, lançar seu olhar sobre os fatos e construir a realidade informada. O jornalista é aquele que oferece uma interpretação e uma representação do fato bruto no formato de notícia, levando a novas interpretações. As notícias diárias são, assim, concebidas como micronarrativas (o relato) do acontecimento factual.

Contudo, novos fatores sociais são colocados nessa dinâmica e o autor comprova que o tradicional paradigma do cachorro (se um cachorro morder um homem não é notícia, mas o inverso assim seria) não é suficiente para definir o que é ou não notícia. Nessa lógica, a “novidade”, ou a ruptura da normalidade também não servem como parâmetros, uma vez que muito do novo e importante é deixado de lado no fechamento dos editoriais da grande imprensa. Ao contrário, grande parte dos acontecimentos no jornalismo transcorre em pautas ou roteiros já codificados pela produção midiática, previamente selecionados, agendados.

É a marcação, segundo Sodré, que “define a noticiabilidade de um fato por critérios, concebidos como valores adequados ao acontecimento: os *valores-notícia*” (p. 75). Estes não são atribuídos aos acontecimentos não por serem únicos, extraordinários, mas por determinarem categorias de organização ou controle dos fluxos (econômicos, sociais, políticos). Fatos não marcados não significam fatos sem importância social, mas sim que não são imediatamente relevantes para o “cânone da cultura jornalística”. Busca-se não somente informar, mas inserir o leitor numa narrativa, num fato capaz de instaurar uma “boa história”. O autor exemplifica que os *fait-divers* franceses, a *feature* americana, ou o *suceso* espanhol exploraram justamente a potência elevada da narrativa sobre a notícia comum, com o objetivo de aguçar a percepção do leitor.

Na atualidade, entretanto, especialmente com as tecnologias da comunicação, surge um novo cenário: o cidadão comum se torna um potencial produtor de notícias de qualquer lugar, a qualquer momento. Com a diversificação das fontes de emissão, em fluxo livre e caótico de informação, coloca-se em xeque a atuação do profissional de imprensa, as empresas de mídia e a própria definição do que é notícia na sociedade contemporânea. O “antídoto” na proposta do autor estaria na qualidade da notícia garantida pelo estatuto jornalístico, devendo a imprensa hoje ter a capacidade de complementar as informações, com a produção de um conhecimento de fato mais sistemático. “Jornalista seria, acima de tudo, o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de

causalidade e condicionamentos históricos” (p. 62). Mas Sodré afirma que estamos diante de uma nova lógica, quando se desloca para o receptor grande parte do poder de pautar os acontecimentos. Ele questiona, diante da atual circulação da informação (em tempo real e com fluxo contínuo), se “os tradicionais produtores do texto jornalístico” ainda podem determinar o que é ou não notícia.

Até a criação da televisão, a lógica da comunicação massiva não se alterava; o poder de difusão permanecia nas mãos de quem trabalhava nos grandes meios. Com a internet, enfim, surge uma diferença significativa: “[...] o novo *medium* transforma o antigo receptor passivo (assim como já também antigo receptor ativo) em *usuário* ativo, ao pôr à sua disposição uma caixa de 'ferramentas' editoriais [...]” (p. 101). Tal perspectiva encontra eco na corrente ideológica do neoliberalismo, que, com o intuito de disfarçar as desigualdades sociais, utiliza-se da circulação acelerada e pretensamente democrática de objetos de consumo, entre eles a informação. Aliás, a própria idéia de informação pública no neoliberalismo suplanta a visão clássica de imprensa como agente cultural. A “lógica do mercado” passou a submeter o “produto” notícia, com atributos focados em modelos de objetividade e neutralidade e técnicas que prevêm agilidade e clareza, para uma captura rápida da atenção do leitor, sobrepondo-se ao potencial narrativo do texto jornalístico.

Por outro lado, a multimídia, com suas narrativas não-lineares, crescente interatividade e formação de novos tipos de público, fornece indicações de uma “outra forma de pensar” o fazer jornalístico. Como ressalta Sodré, no meio cibernético não basta escrever bem ou ter uma boa apuração, pois o que importa é a capacidade do produtor estabelecer “comunidades discursivas”, fortalecidas pelos interesses dos leitores ou consumidores das informações (p. 108). Ele chega a falar em uma redistribuição do poder comunicativo pelas tecnologias digitais e de uma alternativa à real liberdade de expressão, o que deve ser levado com cautela. A mídia digital oferece sim menos chances de censura, se comparado ao jornalismo das grandes corporações, sendo determinante inclusive em regiões de baixo nível democrático. Contudo, ressalta que as vantagens técnicas não podem se limitar à euforia do momento, da novidade, e é necessário aguardar mais tempo e observar como o meio social e o mercado irão se comportar diante disso.

Recuperando na história, Sodré apresenta os entrelaçamentos entre os textos literários e os jornalísticos e a apropriação do discurso literário pelo factual. Em síntese, apesar das duas vertentes estarem ligadas desde o princípio, especialmente no Brasil, o

jornalismo tido como “literário” acabou sendo preterido pela profissionalização da atividade e pela adoção do “modelo norte-americano de texto normatizado, mais organizado e conciso, sem adjetivações” (p. 140). A ideologia corporativa veio fortalecer as tentativas de neutralidade e objetividade da notícia. Sodré expõe que a diferenciação central entre jornalismo e literatura estaria no fato do primeiro ter de ser objetivo, enquanto a segunda caracteriza-se pela subjetividade. Além disso, a busca pela verdade é inerente à imprensa na reconstituição do que “aconteceu”, e não do que “poderia ter acontecido” que a narração lúdica permite. “O texto jornalístico pode ser retoricamente ficcional, mas não fictício, enquanto o literário comporta o ficcional e o fictício” (p. 167).

Não há dúvidas que a informação contemporânea requer também a transparência como um novo valor, ao invés de densidade simbólica. Mas a narrativa pode acontecer fora da arte literária e no jornalismo, por exemplo, sem extrapolar os limites da veracidade. Sodré cita o movimento do *New Journalism*, iniciado nos EUA na década de 60, como um estilo jornalístico que utilizava a retórica romanesca para produzir um relato sedutor. Aliás, a notícia, entendida como o enunciado ou sequência de enunciados narrativos, aproxima-se muito do próprio conceito de narrar (contar uma história) e o acontecimento se insere nesse contexto com a sua construção em forma de pirâmide: partindo do começo ao desfecho, e não recortando a partir do ponto principal.

A notícia, como um gênero sociodiscursivo, é entrelaçada pelas práticas profissionais e mais ainda tecnológicas que se processam ao longo da história. As dinâmicas sociais passaram a imprimir a necessidade de agilidade e brevidade das notícias, para consumo imediato. O texto informativo teve ainda que se adaptar aos novos suportes tecnológicos, como o teletipo, a fotografia, o rádio e a televisão. E por que não dizer, mais recentemente, à internet, celular, blogs e os chamados “microblogs”? O autor alerta que o estilo jornalístico pode variar com riqueza, assim como na poesia, onde há formas fixas, tradicionais (como o soneto) e esquemas não convencionais que não inibem a criação artística. A notícia se consolidou como uma forma fixa, mas, em sua opinião, seria um equívoco limitá-la a apenas um formato narrativo (o da pirâmide invertida), seja na internet ou em outros meios. O cuidado a ser observado é o de se manter a credibilidade e o tal “pacto pela verdade” entre jornalista e leitor, não cedendo ao risco de “adornar” a narrativa com fatos inventados.

Enfim, o autor defende a “afinidade profunda entre o jornalismo e a literatura”, colocando a narratividade informativa não apenas como uma questão de relato, “mas

também da presença de arquétipos de natureza mitológica ou retórica, provindos de uma tradição oral ou literária” (p. 230). As micronarrativas dos *fait-divers* ou das *features* americanas, com sua intensidade emotiva, aberração normativa, perturbações da ordem ou dramas privados, aproximam-se dessa afirmação.

Na primeira metade do século XIX, diante de novas maneiras de publicação dos romances, a imprensa deixava de ser espaço para o “culto das emoções” e das “memórias íntimas”. Ao contrário, assumindo condições de produção industrial e destinada para o consumo imediato, voltava-se para as histórias pitorescas, de tradições novelescas, que a burguesia queria ler. “Antes de serem conhecidos pelos críticos como obras do espírito, os grandes romances oitocentistas eram inicialmente textos produzidos para a imprensa – folhetins, portanto” (p. 237). O jornal assumiu a mediação institucionalizada entre escritor e mercado, imprimindo ao primeiro as demandas do segundo.

Já, ao contrário do folhetim original, publicado na imprensa, o romance policial surgiu como um próprio prolongamento do jornal ao organizar da mesma forma os episódios numa sequência narrativa de um caso a ser desvendado, um crime a ser relatado, ou uma situação examinada. A própria estranheza do crime, o fator de perturbação, pode ser apontado como característico também dos *fait-divers*, que se associa à noticiabilidade de um acontecimento.

Chegamos à compreensão de que “as narrativas folhetinescas, do romance policial às telenovelas, podem ser consideradas como uma literatura de mediação, isto é, um conjunto de dispositivos narrativos de iniciação ou de manutenção do gosto pela leitura” (p. 278), uma construção da escrita comprometida com a inserção do leitor, mesmo que seja pelo entretenimento. O livro faz uma excelente abordagem rumo à constituição do que o autor considera como “teoria do acontecimento”, por um caminho de desconstrução da narração noticiosa dos fatos e suas familiaridades com o texto literário. Sodré pondera sensatamente que a densidade do discurso informativo, ou o dito “jornalismo de qualidade”, não significa suprimir essa narrativa literária, que nasceu atrelada ao jornal e com suas construções míticas que conquistam e facilitam a leitura até hoje.